

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1-I

Na ótica da saúde pública, pode-se conceituar a política de redução de danos como um conjunto de estratégias que visam minimizar os danos causados pelo uso de diferentes drogas, sem necessariamente exigir a abstinência de seu uso. Vale dizer, enquanto não for possível ou desejável a abstinência, outros agravos à saúde podem ser evitados, como, por exemplo, as doenças infectocontagiosas transmissíveis por via sanguínea, tais quais as hepatites e HIV/AIDS.

Na concepção da política de redução de danos, tem-se como pressuposto o fator histórico-cultural do uso de psicotrópicos — uma vez que o uso dessas substâncias é parte indissociável da própria história da humanidade, a pretensão de um mundo livre de drogas não passa de uma quimera. Dentro dessa perspectiva, contemplam-se ações voltadas para as drogas lícitas e ilícitas, e suas intervenções não são de natureza estritamente públicas, delas participando, também, organizações não governamentais e necessariamente, com especial ênfase, o próprio cidadão que usa drogas.

Maurides de Melo Ribeiro. **Drogas e redução de danos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, p. 45-46 (com adaptações).

Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto CG1A1-I, julgue os itens a seguir.

- 1 A política de redução de danos objetiva moderar o consumo de drogas lícitas e ilícitas.
- 2 O destaque dado à atuação dos próprios usuários de drogas durante as intervenções é uma característica das ações da política de redução de danos.
- 3 É uma premissa da política de redução de danos considerar como inconcebível um mundo sem drogas.
- 4 No segmento “pode-se conceituar” (primeiro período do primeiro parágrafo), a colocação do pronome “se” em ênclise ao verbo “conceituar” — escrevendo-se **pode conceituar-se** — prejudicaria a correção gramatical e alteraria os sentidos originais do texto.
- 5 A expressão “Vale dizer” enfatiza a informação apresentada no segundo período do primeiro parágrafo.
- 6 A substituição da forma verbal “visam” (primeiro período do primeiro parágrafo) por **visa** manteria a correção gramatical do texto.
- 7 A oração “enquanto não for possível ou desejável a abstinência” (segundo período do primeiro parágrafo) expressa uma vontade, haja vista o emprego do modo subjuntivo em “for”.
- 8 No último período do segundo parágrafo, o termo “ações voltadas para as drogas lícitas e ilícitas” constitui o sujeito da forma verbal “contemplam”.
- 9 Seria gramaticalmente correto inserir uma vírgula logo após “tem-se” (primeiro período do segundo parágrafo).
- 10 A palavra “quimera”, empregada no final do primeiro período do segundo parágrafo, significa o mesmo que **tolice**, **bobeira**.

Texto CG1A1-II

Amado nos levou com um grupo para descansarmos na fazenda de um amigo. Esta confirmava as descrições que eu lera no livro de Freyre: embaixo, as habitações de trabalhadores, a moenda, onde se mói a cana, uma capela ao longe; na colina, uma casa. O amigo de Amado e sua família estavam ausentes; tive uma primeira amostra da hospitalidade brasileira: todo mundo achava normal instalar-se na varanda e pedir que servissem bebidas. Amado encheu meu copo de suco de caju amarelo-pálido: ele pensava, como eu, que se conhece um país em grande parte pela boca. A seu pedido, amigos nos convidaram para comer o prato mais típico do Nordeste: a feijoada.

Eu lera no livro de Freyre que as moças do Nordeste casavam-se outrora aos treze anos. Um professor me apresentou sua filha, muito bonita, muito pintada, olhos de brasa: quatorze anos. Nunca encontrei adolescentes: eram crianças ou mulheres feitas. Estas, no entanto, fanavam-se com menos rapidez do que suas antepassadas; aos vinte e seis e vinte e quatro anos, respectivamente, Lucia e Cristina irradiavam juventude. A despeito dos costumes patriarcais do Nordeste, elas tinham liberdades; Lucia lecionava, e Cristina, desde a morte do pai, dirigia, nos arredores de Recife, um hotel de luxo pertencente à família; ambas faziam um pouco de jornalismo, e viajavam.

Simone de Beauvoir. **A força das coisas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018, p. 497-498 (com adaptações).

Com relação às ideias, aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CG1A1-II, julgue os seguintes itens.

- 11 No texto apresentado, são cotejadas informações sobre o Nordeste brasileiro extraídas de leituras com as próprias impressões da narradora a partir da sua vivência como turista.
- 12 A narradora se mostra reticente tanto ao hábito brasileiro de oferecer bebidas às visitas quanto à aparência de maturidade precoce das adolescentes nordestinas.
- 13 A narradora demonstra total desconhecimento da cultura do Nordeste brasileiro.
- 14 Infere-se do texto que a narradora percebeu o casamento como um fator determinístico do comportamento das mulheres nordestinas em geral.
- 15 No segundo período do primeiro parágrafo, o emprego do ponto e vírgula decorre da intercalação da oração “onde se mói a cana” na enumeração dos termos que descrevem a fazenda.
- 16 A expressão “como eu” (quarto período do primeiro parágrafo) transmite ideia de proporcionalidade.
- 17 No trecho “convidaram para comer o prato mais típico do Nordeste” (primeiro parágrafo), seria gramaticalmente correto substituir a preposição “para” pela preposição **a**.
- 18 No segundo parágrafo, o vocábulo “suas”, em “suas antepassadas”, refere-se a “crianças”.
- 19 No último período do segundo parágrafo, a expressão “A despeito” poderia ser substituída por **Apesar**, sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos originais do texto.
- 20 Do emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “à”, em “à família” (final do segundo parágrafo), depreende-se que se trata de uma família específica.

Com relação ao Windows 10 e às suas ferramentas para gerenciamento de arquivos e diretórios, julgue os itens que se seguem.

- 21 A partir do *menu* Iniciar, acessível por meio da barra de tarefas ou da tecla , é possível visualizar uma lista de ferramentas proprietárias, assim como aquelas instaladas pelo usuário.
- 22 Ao se clicar com o botão direito do *mouse* sobre uma unidade de disco no Explorador de Arquivos, tem-se acesso à opção Propriedades, que apresenta na aba Geral informações da capacidade da unidade, ou seja, a quantidade de espaço livre e de espaço utilizado na unidade.
- 23 No ambiente Windows, cada tipo de arquivo está associado a um programa padrão, não sendo possível alterar essa associação.
- 24 Na área de trabalho do Windows, estão disponíveis as ferramentas de configuração de rede, de *hardware* e de instalação e desinstalação de programas.
- 25 Por meio de configuração adequada, um ícone de programa pode ser fixado à barra de tarefas do Windows, de modo que o programa possa ser acessado diretamente por ali.

A respeito das ferramentas do Microsoft Office 365, julgue os itens subsequentes.

- 26 O usuário deve fazer *login* em cada ferramenta específica do Office 365, como o MS Word ou o MS PowerPoint, para poder utilizá-la.
- 27 Os *softwares* disponíveis no Office 365 podem ser usados via Internet ou podem ser instalados na máquina do usuário para acesso local, ou seja, *off-line*.
- 28 No Explorador de Arquivos do Windows 10, é possível criar um atalho para acesso aos arquivos do usuário disponíveis na nuvem do Office 365.
- 29 A opção de gerenciar assinaturas do Office 365 apresenta informações sobre as licenças atribuídas à ID exclusiva da conta do usuário.
- 30 O Office 365 fornece a opção de assinatura digital para uso com certificado digital emitido pela autoridade certificadora da Microsoft.
- 31 A ferramenta de *backup* da plataforma Office 365 permite fazer cópia de segurança de todos os arquivos criados ou editados no computador.

Acerca do MS Word disponível no pacote Microsoft Office 365, julgue os itens que se seguem.

- 32 Na formatação de tabelas do MS Word, é possível exibir linhas de grade para configurar as bordas da tabela ou usar um dos estilos de tabela oferecidos pela ferramenta.
- 33 No MS Word, a criação de parágrafos ou recuos de texto pode ser feita por meio da seleção da opção de espaçamento entre linhas simples, duplo ou personalizado.
- 34 Para que itens e subitens de textos no MS Word sejam automaticamente apresentados em um índice ou sumário, é necessário atribuir-lhes estilos de formatação de títulos.
- 35 No MS Word, é possível salvar um arquivo em formato PDF, por meio da opção Salvar como Imagem ou selecionando-se a impressora Microsoft Print to PDF, na opção Imprimir, do *menu* Arquivo.

Com o objetivo de participar de uma maratona de 42 km, Marcos montou o seguinte programa de preparação física: nos dois primeiros dias de treinamento, ele correrá uma mesma distância e, em cada dia a partir de então, ele correrá tantos quilômetros quanto terá corrido nos dois dias imediatamente anteriores. Sabe-se que, pelo programa montado, Marcos deverá percorrer, no sétimo dia, 13 quilômetros.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 36 Se F_n representa a distância percorrida por Marcos no n -ésimo dia desde o início de seu treinamento, com $n \geq 1$, então a distância que ele percorrerá no k -ésimo dia, para $k > 2$, é $F_{k-1} + F_{k-2}$.
- 37 Após o início do treinamento, haverá um dia no qual a distância percorrida por Marcos será superior ao dobro daquela percorrida no dia imediatamente anterior.
- 38 No sexto dia de seu treinamento, Marcos percorrerá uma distância superior a 10 km.
- 39 A distância total percorrida por Marcos em sua primeira semana de treinamento será inferior à distância percorrida por ele no nono dia de treinamento.
- 40 No décimo dia do treinamento, a distância percorrida por Marcos superará, pela primeira vez, o percurso da maratona da qual ele pretende participar.

Em um jogo de cara e coroa disputado com uma moeda não viciada, um pai criou a seguinte regra, visando aumentar as chances de sua filha vencer a disputa: a moeda seria lançada certa quantidade de vezes, n , definida previamente, e o pai só sairia vencedor caso a moeda apontasse cara em todos os n lançamentos.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 41 10 é o menor número de lançamentos que asseguraria à filha chance de vencer de pelo menos 95%.
- 42 Existem mais de 20 maneiras distintas de a moeda apontar cara exatamente duas vezes após cinco lançamentos.
- 43 Se $n = 2$, a probabilidade de vitória da filha será de 75%.

Ao procurar ativos para realizar operações de *day trade* em uma lista de 260 ações negociadas em bolsa de valores, um investidor classificou 120 ações como de boa liquidez (elevado volume de negócios realizados diariamente) e 130 ações como de bom nível de volatilidade (muitas variações de preço para cima ou para baixo ao longo do dia); 45 ações ele não classificou em nenhuma dessas classes.

Tendo em vista essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 44 Selecionando-se ao acaso uma das ações da lista analisada pelo investidor, a probabilidade de que essa ação tenha bom nível de volatilidade é maior que a probabilidade de ela não ter bom nível de volatilidade.
- 45 Há mais ações com ambas as características mencionadas que ações com nenhuma dessas características.
- 46 Há mais ações consideradas apenas como de boa liquidez, mas não com bom nível de volatilidade, do que ações consideradas apenas como de bom nível de volatilidade, mas não com boa liquidez.

Julgue os seguintes itens, considerando a proposição P: “Se o responsável pela indicação fizer sua parte e seus aliados trabalharem duro, vencerão.”.

- 47 A tabela-verdade associada à proposição P possui menos de 10 linhas.
- 48 Sendo verdadeiras a proposição P e as proposições “não venceram” e “os aliados do responsável pela indicação trabalharam duro”, pode-se concluir que o responsável pela indicação não fez sua parte.
- 49 A proposição P é equivalente a “Se não vencermos, o responsável pela indicação não terá feito sua parte ou seus aliados não terão trabalhado duro.”.
- 50 A negação da proposição P pode ser expressa por “Se o responsável pela indicação não fizer sua parte ou seus aliados não trabalharem duro, não vencerão.”.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens seguintes, referentes a planejamento de políticas públicas, avaliação *ex ante* e avaliação *ex post*.

- 51** A orientação para a busca de equidade social é um dos direcionadores do planejamento de políticas públicas no Brasil.
- 52** O sucesso de uma política pública, além da sua eficiência gerencial, depende de uma eficiente articulação entre os atores que influenciam as tomadas de decisões.
- 53** A verificação periódica sobre a regularidade dos beneficiários de um programa que contenha critério de elegibilidade faz parte da avaliação de implementação de uma política pública.
- 54** Quando se identificar que há fragmentação na execução de uma política pública devido à existência de mais de uma instituição atuando com o mesmo objetivo, será necessária a intervenção governamental.

Julgue os itens subsequentes, a respeito de monitoramento, diagnóstico, teorias e avaliação de políticas públicas.

- 55** À luz do neoinstitucionalismo, o controle das políticas públicas implantadas na sociedade é feito pelas instituições, as quais reforçam o poder de ação e a autoridade do Estado.
- 56** Considerando-se a atual estrutura dos sistemas de informações sobre políticas públicas do país, o estabelecimento de processos de monitoramento rígidos e padronizados facilita a obtenção de dados e análises mais adequadas.

Com relação a conceitos da contabilidade, a patrimônio e a atos e fatos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 57** Fatos administrativos que afetem positiva ou negativamente o patrimônio líquido, gerando registros em contas patrimoniais ativas ou passivas, serão sempre fatos contábeis mistos.
- 58** O objeto da ciência contábil é o registro dos atos e fatos que modificam a situação patrimonial das entidades.
- 59** A situação patrimonial líquida de uma entidade é expressa pelo conjunto de seus bens, seus direitos e suas obrigações.

Uma entidade contábil que segue rigorosamente as normas e os procedimentos contábeis vigentes apresentou, ao final de seu primeiro exercício social, os seguintes saldos contábeis, cujos valores estão em reais.

caixa e seus equivalentes	12.000
estoques de mercadorias	37.000
contas a receber	22.000
duplicatas descontadas	4.000
móveis e instalações	24.000
depreciação	2.000
fornecedores	18.000
salários e encargos sociais a pagar	6.000
impostos a recolher	3.000
outras obrigações a pagar	5.000
juros passivos a transcorrer	1.000
capital social	55.000
lucro acumulado	3.000

Considerando essas informações, julgue os itens que se seguem.

- 60** O total de receitas da entidade superou o total de suas despesas.
- 61** No rol em questão, existem seis contas devedoras e sete contas credoras.
- 62** O ativo circulante da entidade superou R\$ 70 mil.
- 63** Todas as contas bancárias da entidade, após a devida conciliação bancária, apresentaram saldo positivo ao final do exercício.

- 64** A entidade possui obrigações onerosas com terceiros em volume superior a 10% de seus passivos.
- 65** Na determinação do custo médio ponderado de capital, o custo dos capitais próprios será predominante.

Com relação a noções de administração, processo administrativo e estrutura organizacional, julgue os itens que se seguem.

- 66** Enquanto a administração científica dá ênfase às tarefas e operações nas organizações, a abordagem sistêmica mantém seu foco no ambiente em que estas se inserem.
- 67** Em desenhos organizacionais com grande amplitude de controle, há, igualmente, grande número de subordinados e organograma achatado.
- 68** Internalização de normas, categorização de decisões e superconformidade são características desejáveis na burocracia, por gerarem previsibilidade no comportamento organizacional.
- 69** Com a nova administração pública, houve a transição de um modelo voltado ao processo de elaboração de políticas para um modelo orientado à promoção de habilidades gerenciais.
- 70** Em nível institucional, a função de planejamento é voltada para a elaboração de planos operacionais.

Acerca de liderança, qualidade, natureza e processos nas organizações públicas, julgue os itens subsequentes.

- 71** Autarquias requerem lei específica para serem criadas e podem ter natureza assistencial, cultural ou administrativa.
- 72** Em modelos de liderança orientados para pessoas, têm-se como características supervisão participativa, liderança autocrática e ênfase na satisfação das pessoas.
- 73** O modelo de excelência em gestão pública se baseia em oito dimensões, sendo uma delas a de estratégia e planos, para a qual devem ser adotados critérios voltados a reconhecer os pontos fracos e fortes do desempenho da organização.
- 74** Na gestão de processos, a etapa de análise precede a etapa de estruturação.

Considerando o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, no que diz respeito à vigência da norma jurídica, interpretação das leis e eficácia da lei no espaço, julgue os itens a seguir.

- 75** Em caso de lacuna normativa, a revogação de lei opera efeito ripristinatório automático.
- 76** Na aplicação da lei, cabe ao juiz, a fim de criar norma individual, interpretá-la buscando atender aos fins sociais a que se dirige e às exigências do bem comum.
- 77** Pelo princípio da lei do lugar da situação da coisa como elemento de conexão que qualifica os bens e disciplina as respectivas relações, o penhor regular-se-á pela lei do domicílio da pessoa em posse da coisa penhorada.

À luz do Código Civil brasileiro, no que diz respeito às pessoas naturais e jurídicas, julgue os itens subsequentes.

- 78** A personalidade civil da pessoa natural tem início a partir do nascimento com vida, independentemente do preenchimento de qualquer requisito psíquico.
- 79** Não se admite declaração judicial de morte presumida sem decretação de ausência.
- 80** A existência legal de pessoas jurídicas de direito privado começa com o início de suas atividades jurídicas.
- 81** Ao contrair matrimônio, o indivíduo de 16 anos de idade adquire plena capacidade civil por meio da emancipação, voltando à condição de incapaz caso, um ano após o casamento, haja separação judicial.

A respeito de fato jurídico, julgue o item a seguir.

82 São considerados fatos jurídicos acontecimentos que, de forma direta ou indireta, ocasionem efeitos jurídicos.

Conforme o Código Civil brasileiro, no que concerne ao conceito de bens móveis, julgue o seguinte item.

83 Todas as coisas suscetíveis à valoração econômica, com o sem movimento próprio, que não sejam removíveis pela força alheia, são consideradas bens móveis.

No que diz respeito aos princípios da administração pública, julgue os itens a seguir.

84 Em razão do princípio da continuidade do serviço público, que é basilar à administração pública, atualmente no Brasil a greve nos serviços públicos é absolutamente vedada, entendimento que tem aval do Supremo Tribunal Federal.

85 O princípio da presunção de legitimidade ou de veracidade, também conhecido como princípio da presunção de legalidade, abrange dois aspectos: a presunção da verdade, no que diz respeito à certeza sobre os fatos, e a presunção da legalidade, pois, como a administração pública se submete à lei, é presumido, até prova em contrário, que todos os seus atos são verdadeiros e praticados com observância das normas legais pertinentes.

Acerca de atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

86 À luz do princípio da autotutela, a administração pública pode controlar seus atos, recorrendo à revogação quando estiverem eivados de vícios que os tornem ilegais.

87 Os atos administrativos propriamente ditos excluem os atos materiais de simples execução, os atos enunciativos ou de conhecimento e os atos de opinião, como pareceres e laudos, tendo em vista que estes não produzem efeito jurídico imediato.

Consoante aos poderes da administração pública, julgue o item subsequente.

88 O poder regulamentar é o que cabe à administração pública para apurar infrações e aplicar penalidades a servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

De acordo com a Lei n.º 13.019/2014, que estabeleceu o regime jurídico das parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil, julgue os seguintes itens.

89 Uma característica legal que distingue o termo de fomento e o acordo de cooperação é o fato de que, no primeiro instrumento, a formalização das parcerias estabelecidas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil não envolve a transferência de recursos financeiros, enquanto no segundo envolve a transferência de recursos dessa natureza.

90 Em regra, as organizações da sociedade civil que estabelecem parcerias com a administração pública devem, entre outros requisitos, possuir, no mínimo, um, dois ou três anos de existência, respectivamente, conforme a parceria seja celebrada no âmbito dos municípios, do Distrito Federal ou dos estados e da União, sendo admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los.

91 Entre outras despesas, poderão ser pagos, com recursos vinculados à parceria, custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria, e diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim exigir.

92 De acordo com a lei de regência, constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário descumprir normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

Acerca de segurança pública, julgue os itens seguintes.

93 A remuneração dos servidores que integram a segurança pública deve ser fixada exclusivamente por subsídio estabelecido em parcela única.

94 Compete à polícia penal fazer o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

Julgue os itens a seguir, no que se refere aos princípios da administração pública e à aplicabilidade das normas constitucionais.

95 É considerado norma de eficácia contida o dispositivo constitucional que assegura, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa em entidades civis e militares de internação coletiva.

96 Embora reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência a partir da interpretação sistemática do ordenamento jurídico, o princípio da moralidade não se encontra expressamente previsto na CF.

O Ministério da Justiça firmou acordo de cooperação com a Defensoria Pública e o Conselho Nacional de Justiça, o qual possibilita ao Estado a prestação de assistência jurídica gratuita a todos que declararem insuficiência de recursos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, referentes aos órgãos envolvidos e ao direito objeto do acordo.

97 O acordo firmado está em sintonia com o texto constitucional, o qual prevê que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que declararem insuficiência de recursos.

98 A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado e possui como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

99 O Conselho Nacional de Justiça é um órgão administrativo de controle interno do Poder Judiciário, sem função jurisdicional.

No que concerne às disposições constitucionais sobre o Poder Executivo, julgue os itens subsequentes.

100 A CF prevê expressamente que compete ao ministro de Estado, entre outras atribuições, referendar os decretos assinados pelo presidente da República.

101 Cabe ao presidente da República, de forma privativa, conceder indulto. Por conta disso, essa competência não pode ser delegada a ministros de Estado.

A respeito dos atos de improbidade administrativa, considerando as alterações promovidas pela Lei n.º 14.320/2021 na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens que se seguem.

102 Sócios, cotistas, diretores e colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites de sua participação.

103 Para a configuração de ato de improbidade que atente contra os princípios da administração pública, além do dolo, é necessário que fique comprovado, na conduta funcional do agente público, o fim de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.

No que se refere a medidas assecuratórias no processo penal, julgue os itens a seguir.

- 104** Caso haja interesse por parte da fazenda pública, o Ministério Público tem legitimidade para requerer a hipoteca legal ou o arresto de bens móveis suscetíveis de penhora.
- 105** Havendo imóveis adquiridos pelo investigado com proventos da infração, ainda que já transferidos a terceiro, é cabível o arresto.

No que tange a conflito aparente de normas ou tipos penais, julgue os itens subsequentes.

- 106** Crime progressivo, uma das hipóteses de aplicação do princípio da consunção, pressupõe, necessariamente, prática de crime plurissubsistente.
- 107** Para a aplicação do princípio da consunção, é irrelevante a comparação entre as penas das infrações penais, de modo que o crime absorvido pode ter pena maior do que a do crime continente.

Acerca da punibilidade, julgue os seguintes itens.

- 108** A superveniência de lei descriminalizadora implica a extinção de efeitos penais e extrapenais de condenação, ainda que já transitada em julgado.
- 109** Detração penal de tempo de prisão provisória já cumprida por condenado deve influenciar no cálculo de prescrição, por aplicação analógica da regra aplicável às hipóteses de fuga ou revogação de livramento condicional.

Em relação à regulamentação do Decreto n.º 6.514/2008, acerca da destinação de bens e animais apreendidos, julgue o item a seguir.

- 110** Após decisão que confirme auto de infração, bens sujeitos à venda serão submetidos a leilão, hipótese em que os custos operacionais de depósito, remoção, transporte, beneficiamento e demais encargos legais correrão à conta do infrator.

Acerca do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), com fulcro especialmente na Lei n.º 11.343/2006 e suas alterações, julgue os itens que se seguem.

- 111** Embora um dos princípios do SISNAD seja o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, a liberdade e a autonomia dos usuários e dependentes de drogas devem ser restritas, em razão do exposto princípio da primazia de intervenção estatal, previsto na referida lei, a qual o instituiu.
- 112** As penas de alguns crimes previstos na referida lei serão aumentadas de um sexto a dois terços em caso de transnacionalidade do delito e de prática de crime por agente que se prevaleça de função pública.
- 113** Um dos objetivos do SISNAD é promover, no território nacional, a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas.

No que concerne a apreensão, arrecadação e destinação de bens em procedimentos criminais, tendo em vista a Lei n.º 11.343/2006 e suas alterações, julgue os itens a seguir.

- 114** Bens apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento seja decretado em favor da União, serão procedidos à destinação pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio de licitação, doação com encargo, venda direta, incorporação, destruição e inutilização.
- 115** No caso de apreensão de veículos, maquinários e armas utilizados para a prática dos crimes previstos na referida lei, estes bens serão alienados de pronto pelo juiz criminal competente.

Em relação ao Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, julgue o seguinte item.

- 116** O Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, que tem como presidente o ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, reunir-se-á anualmente em caráter ordinário e em caráter extraordinário sempre que houver a solicitação de, pelo menos, oito de seus membros.

À luz do Decreto n.º 5.912/2006, que regulamenta a Lei n.º 11.343/2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e institui o SISNAD, julgue o item a seguir.

- 117** No âmbito do SISNAD, compete ao Ministério da Justiça e Segurança Pública publicar listas periodicamente atualizadas, elencando substâncias ou produtos capazes de causar dependência, bem como propor a atualização da política nacional sobre drogas na esfera de sua competência.

Com relação ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), julgue o item que se segue.

- 118** O FUNAD é constituído, entre outros, de recursos provenientes do perdimento, em favor da União, dos bens, direitos e valores objetos do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins, os quais podem ser destinados, além de programas educacionais e profissionais, a policiais responsáveis pela apreensão do bem móvel ou pelo evento que deu origem ao sequestro de bem imóvel, em percentual legalmente previsto.

À luz da Resolução CNJ n.º 356/2020, que trata dos procedimentos para alienação antecipada de bens apreendidos, sequestrados ou arrestados em procedimentos criminais, julgue os itens subsequentes.

- 119** Os magistrados deverão, ao proferir sentença de perdimento, determinar ao cartório de registro de imóveis competente que proceda à incorporação e entrega do bem imóvel, tornando-o livre e desembaraçado de quaisquer ônus para sua destinação.
- 120** Os juízes com competência criminal, nos autos em que existam bens e ativos objetos de medida assecuratória, deverão decidir acerca do cabimento da alienação antecipada daqueles no prazo de trinta dias, sem a necessidade de ouvir o Ministério Público em razão da celeridade do procedimento em curso.